



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO – PI**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, EVENTOS E TURISMO**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

*(Art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021)*

<b>Órgão</b>	Prefeitura Municipal de Manoel Emídio - PI
<b>Secretaria Solicitante</b>	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Eventos e Turismo
<b>Processo Administrativo</b>	nº 052/2026
<b>Modalidade</b>	Concorrência Eletrônica nº 003/2026
<b>Tipo / Critério de Julgamento</b>	Menor Preço Global
<b>Modo de Disputa</b>	Aberto
<b>Regime de Execução</b>	Empreitada por Preço Unitário (obra de engenharia)
<b>Fundamento Legal</b>	Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, e demais dispositivos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, tem por finalidade fundamentar e instruir o procedimento de contratação a ser deflagrado pela Prefeitura Municipal de Manoel Emídio/PI, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para a execução da obra de **CONCLUSÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO**, localizada no Município de Manoel Emídio/PI.

Os Estudos Técnicos Preliminares constituem o primeiro instrumento da fase preparatória da contratação pública, destinados a evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, viabilizando a avaliação da conveniência, oportunidade, viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico e do edital correspondente.

O presente documento é elaborado pelo Agente de Contratação no exercício das atribuições previstas nos arts. 6º, LX, e 8º da Lei nº 14.133/2021, com apoio da equipe técnica da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Eventos e Turismo, e considera as informações constantes do Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Composição de BDI e Cronograma Físico-Financeiro juntados aos autos do Procedimento Administrativo nº 052/2026.

## **2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, I)**

O Município de Manoel Emídio/PI, em cumprimento aos seus deveres constitucionais de promoção do esporte, do lazer e da cidadania (CF/88, arts. 6º, 23, X, e 217), bem como em atenção às diretrizes do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual vigentes, identificou a necessidade premente de concluir as

obras da quadra poliesportiva coberta dotada de vestiário, equipamento público de relevante interesse social que se encontra parcialmente executado e atualmente impossibilitado de uso pela coletividade.

A inexistência de equipamentos esportivos cobertos, em condições adequadas de uso, no Município, gera impactos negativos diretos sobre a juventude, a comunidade escolar e a população em geral, restringindo a prática esportiva regular, a realização de eventos comunitários e o pleno desenvolvimento de programas de esporte, lazer e ação social. A conclusão da quadra coberta com vestiário atende, portanto, a uma demanda concreta da população local e representa a melhor utilização dos recursos públicos já investidos na fase inicial do empreendimento, sob pena de deterioração dos serviços e materiais já aplicados, com risco de perda do investimento público realizado.

A presente contratação se destina ao atendimento das seguintes necessidades:

- a) finalização da edificação iniciada, evitando-se o perecimento do investimento público já realizado e a deterioração das estruturas existentes pela ação do tempo e intempéries;
- b) disponibilização à população de espaço adequado e seguro à prática esportiva, cultural e de lazer, com observância das normas técnicas de acessibilidade, segurança e saúde;
- c) ampliação da oferta de equipamentos públicos voltados à formação esportiva da juventude, à integração social e à realização de atividades comunitárias, escolares e governamentais;
- d) apoio à execução de políticas públicas municipais de esporte e lazer, em consonância com as diretrizes nacionais do setor.

### **3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO E PREVISÃO NO PCA (art. 18, §1º, II)**

A contratação em apreço encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do Município de Manoel Emídio/PI para o exercício de 2026, dentro do programa de trabalho da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Eventos e Turismo, e está alinhada às metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual vigentes, conforme dotação específica indicada no item 9 deste estudo.

Verifica-se, ainda, a compatibilidade da contratação com o art. 12 da Lei nº 14.133/2021, no que concerne ao planejamento das contratações públicas, e com o disposto no art. 18, §1º, II, do mesmo diploma legal.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III)**

#### **4.1. Requisitos Técnicos**

A obra deverá ser executada em estrita conformidade com:

- a) o Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro elaborados pela área técnica e juntados aos autos;
- b) as normas técnicas brasileiras aplicáveis, em especial as ABNT NBR 6118 (concreto armado), 8800 (estruturas metálicas), 9050 (acessibilidade), 5410 (instalações elétricas de baixa tensão), 5419 (proteção contra descargas atmosféricas), 5626 (instalações hidráulicas) e 8160 (instalações sanitárias);
- c) as posturas municipais, as normas estaduais e federais de meio ambiente, de saúde e de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à indústria da construção civil (NR-6, NR-18 e NR-35);

d) as orientações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no que tange ao registro de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

#### **4.2. Requisitos de Habilitação**

A futura contratada deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, na forma dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, exigindo-se, especialmente:

- a) registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) responsável(eis) técnico(s) no CREA e/ou CAU, em plena validade;
- b) comprovação de capacidade técnico-operacional mediante atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo(s) à execução de obra ou serviço de engenharia compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo;
- c) comprovação de capacidade técnico-profissional mediante apresentação de profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico – CAT, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante;
- d) demonstração de boa situação econômico-financeira mediante apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1 (um), ou, em caso negativo, comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 30 (trinta) dias;
- f) declaração de pleno conhecimento das condições locais de execução, sendo facultada a vistoria prévia ao local da obra;
- g) comprovante de recolhimento de garantia de proposta, no percentual de 1% (um por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.3. Requisitos de Sustentabilidade**

Em observância ao art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e à Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), a execução da obra observará critérios de sustentabilidade ambiental, dentre os quais: utilização preferencial de materiais com origem comprovadamente legal, redução do consumo de energia e água no canteiro, gestão adequada de resíduos da construção civil em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e legislação aplicável, e adoção de práticas de mitigação de impactos durante a execução.

#### **5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, IV)**

As quantidades estimadas para a execução do objeto encontram-se discriminadas, item a item, na Planilha Orçamentária Sintética e no Memorial Descritivo elaborados pela equipe técnica, integrantes do processo licitatório, sendo dimensionadas a partir das medidas, áreas e especificações constantes do Projeto Básico/Executivo da obra, cuja área de intervenção corresponde a uma quadra poliesportiva coberta com vestiário, com dimensões aproximadas de 25,80 m × 38,00 m.

As quantidades foram apuradas a partir do levantamento de cadernos de encargos, projeto arquitetônico, projetos complementares (estrutural, elétrico, hidrossanitário e SPDA), considerando-se ainda as condições efetivamente executadas em fase anterior. Observa-se que os itens já executados na primeira etapa da obra (Serviços Preliminares, Movimento de Terra, Infraestrutura e Cobertura) constam do orçamento com valor zerado, dado que não integram o escopo desta contratação remanescente.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V)**

Considerando a natureza do objeto – obra de engenharia civil de pequeno/médio porte voltada à conclusão de equipamento esportivo público – e o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de mercado e a estimativa de preços foram realizados a partir das seguintes referências oficiais de custos, por se tratar de obra pública custeada com recursos do tesouro municipal:

- a) Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, referência Piauí, mês de março/2026, mantido pela Caixa Econômica Federal e IBGE;
- b) Sistema Orçamentário ORSE – Sergipe, mês de fevereiro/2026, mantido pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe;
- c) Tabela SEINFRA – Ceará, edição 028, mantida pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará;
- d) Composições próprias de custos elaboradas pela equipe técnica, devidamente justificadas em Composições de Preços Unitários – CPUs, para os itens não constantes das tabelas oficiais.

A utilização de bancos referenciais oficiais atende ao art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Federal nº 7.983/2013 e à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, conferindo presunção de adequação dos preços e racionalidade ao processo de formação do orçamento estimativo.

Pesquisas mercadológicas complementares evidenciam ampla disponibilidade de empresas locais e regionais aptas a executar o objeto, com plena maturidade do mercado para o tipo de empreendimento, o que permite afirmar a inexistência de risco quanto à competitividade da licitação.

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI)**

O valor total estimado da contratação, apurado a partir da Planilha Orçamentária Sintética, com aplicação do Benefício e Despesas Indiretas – BDI no percentual de 26,85% (vinte e seis vírgula oitenta e cinco por cento) e dos Encargos Sociais (Horista: 70,90%; Mensalista: 47,59%) sobre os custos diretos, é de R\$ 539.081,80 (quinhentos e trinta e nove mil, oitenta e um reais e oitenta centavos), conforme detalhamento abaixo:

Item	Descrição (Etapa / Macro-Serviço)	Valor (R\$)	Peso (%)
01	Serviços Preliminares	0,00	0,00%
02	Movimento de Terra	0,00	0,00%
03	Infraestrutura	0,00	0,00%
04	Superestrutura	41.067,90	7,62%
05	Paredes e Painéis	42.543,64	7,89%
06	Cobertura	0,00	0,00%

Item	Descrição (Etapa / Macro-Serviço)	Valor (R\$)	Peso (%)
07	Esquadrias	19.414,30	3,60%
08	Revestimentos	74.377,44	13,80%
09	Pisos	130.905,84	24,28%
10	Pintura	55.843,05	10,36%
11	Instalações Hidráulicas	14.840,45	2,75%
12	Instalações Sanitárias	18.811,12	3,49%
13	Drenagem Pluvial	44.590,08	8,27%
14	Instalações Elétricas 127/220	32.692,50	6,06%
15	Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	4.939,94	0,92%
16	Serviços Diversos	59.055,54	10,95%
	<b>Total sem BDI</b>	<b>425.025,14</b>	<b>78,84%</b>
	<b>BDI (26,85%)</b>	<b>114.056,66</b>	<b>21,16%</b>
	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>539.081,80</b>	<b>100,00%</b>

O percentual de BDI adotado encontra-se em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, para obras de construção e reforma de edificações, situando-se dentro da faixa admitida pela jurisprudência da Corte de Contas Federal.

As composições de custos unitários, a memória de cálculo do BDI, dos encargos sociais e o cronograma físico-financeiro encontram-se anexos aos autos do processo administrativo.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII)

A solução técnica adotada consiste na contratação, mediante licitação pública, de empresa especializada em engenharia para a execução, sob regime de empreitada por preço unitário, dos serviços remanescentes necessários à completa e adequada conclusão da quadra poliesportiva coberta com vestiário no Município de Manoel Emídio/PI, abrangendo, em síntese, a execução de superestrutura, paredes e painéis, esquadrias, revestimentos, pisos, pintura, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas (127/220 V), sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), drenagem pluvial e serviços diversos de acabamento, conforme detalhado na Planilha Orçamentária e no Memorial Descritivo.

A solução envolve fornecimento, pela contratada, de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, tributos, transportes, ferramentas, vigilância e demais insumos indispensáveis à integral execução do empreendimento. Os serviços serão executados sob regime de fiscalização contratual exercido por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o estágio atual do empreendimento, a solução ora descrita é a única tecnicamente viável, dado que: (i) o objeto consiste em obra parcialmente executada, cuja conclusão exige observância integral do projeto e dos critérios técnicos já implementados; (ii) a contratação por execução direta pela Administração é inviável em razão da especialização técnica exigida e da inexistência de quadro próprio

em quantidade suficiente; (iii) a solução por meio de convênio ou parceria não se mostrou possível ou tempestiva, considerada a urgência da conclusão e a fonte de recursos disponível.

## 9. INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município de Manoel Emídio/PI para o exercício de 2026:

<b>Unidade Orçamentária</b>	02.12.00 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Eventos e Turismo
<b>Projeto/Atividade</b>	27.812.0364.1105 – Reforma da Praça de Esporte e Quadra de Esporte
<b>Elemento de Despesa</b>	4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
<b>Fonte de Recursos</b>	1.700

A Secretaria Municipal de Finanças/Planejamento certificou a existência de saldo orçamentário suficiente para cobertura do empreendimento, na forma do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII)

Avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme determina o art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela inviabilidade técnica e econômica da divisão da obra em lotes ou itens distintos a serem licitados separadamente, pelas seguintes razões:

- a) a obra constitui empreendimento único e indivisível do ponto de vista técnico-construtivo, em que cada etapa (estrutura, vedações, instalações, acabamentos) depende, do ponto de vista executivo e cronológico, das demais, sendo a execução por uma única empresa essencial à coordenação dos trabalhos, ao controle de qualidade e à definição de responsabilidade técnica única perante o CREA/CAU;
- b) o parcelamento elevaria os custos da contratação, em razão da repetição de despesas indiretas (instalação de canteiro, mobilização/desmobilização, administração local, BDI), em prejuízo do princípio da economicidade;
- c) o valor global estimado é compatível com a participação ampla de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sendo desnecessário o fracionamento como técnica de fomento;
- d) inexistente, no caso concreto, parcela autônoma economicamente viável que justifique licitação em separado, sob a ótica do princípio da eficiência e da supremacia do interesse público.

Por essa razão, opta-se pela licitação em LOTE ÚNICO, com adjudicação por VALOR GLOBAL, atendendo aos critérios de eficiência, economicidade e celeridade processual.

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)

Como resultado direto da presente contratação, espera-se:

- a) entrega à comunidade de equipamento esportivo público concluído, funcional, seguro e em pleno estado de uso, observados todos os requisitos de acessibilidade, segurança e conforto;

- b) ampliação da oferta de espaços públicos voltados ao esporte, ao lazer, à cultura e à integração social, com impacto positivo sobre a saúde pública, a juventude e o tecido comunitário do Município;
- c) preservação do investimento público já aplicado na fase inicial da obra, evitando-se a deterioração das estruturas e materiais existentes;
- d) viabilização da realização de eventos esportivos, escolares, culturais e governamentais em ambiente adequado;
- e) efetivação dos princípios constitucionais da eficiência (CF, art. 37) e da universalização do acesso ao desporto (CF, art. 217).

Os ganhos qualitativos e quantitativos serão mensurados mediante: (i) recebimento provisório e definitivo da obra dentro dos prazos contratuais; (ii) índice de conformidade dos serviços executados em relação ao projeto, apurado pela fiscalização; (iii) número de eventos e horas de utilização do equipamento após sua entrega à população.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (art. 18, §1º, X)**

Para a adequada execução do objeto, a Administração deverá promover, prévia ou concomitantemente à contratação:

- a) confirmação da regularidade da posse/propriedade do imóvel onde será executada a obra, com a documentação fundiária pertinente;
- b) disponibilização de cópias atualizadas e completas dos projetos, memoriais, planilhas e cronogramas à futura contratada;
- c) designação formal de servidor(es) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, com perfil técnico compatível, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- d) garantia de meios para acesso da contratada ao local da obra, com fornecimento de informações sobre infraestrutura urbana disponível (energia, água, vias de acesso);
- e) emissão de eventuais alvarás e licenças necessárias à execução do empreendimento, em articulação com os demais órgãos do Município;
- f) provisão tempestiva dos recursos orçamentários e financeiros, observando-se o cronograma físico-financeiro da obra.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI)**

Não foram identificadas, por ora, contratações correlatas e/ou interdependentes que necessitem ser deflagradas em paralelo à presente, considerando-se que: (i) o escopo abrange a totalidade dos serviços remanescentes para a entrega final do equipamento; (ii) a fiscalização da obra será exercida por servidores do quadro próprio do Município; (iii) eventuais serviços futuros de manutenção predial corretiva ou preventiva serão objeto de contratações autônomas em momento oportuno, observado o período de garantia legal e contratual.

## **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (art. 18, §1º, XII)**

Por se tratar de obra de conclusão de edificação já parcialmente executada, em área urbana já antropizada e sem supressão de vegetação relevante, os impactos ambientais previstos são de baixo significado e





estão restritos, em síntese, à geração temporária de resíduos sólidos da construção civil, ruído, poeira e tráfego de veículos pesados.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá observar:

- a) gestão dos resíduos da construção civil em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e legislação correlata, com destinação a aterros e/ou áreas de transbordo licenciadas;
- b) controle de emissões de poeira e ruído, observadas as posturas municipais e as normas ambientais aplicáveis;
- c) sinalização adequada da obra e proteção da via pública;
- d) gestão dos efluentes líquidos do canteiro;
- e) emprego, sempre que possível, de materiais com selos de origem legal e/ou certificação ambiental;
- f) cumprimento integral das normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis.

A obra não está sujeita a licenciamento ambiental ordinário, considerados os critérios da Resolução CONAMA nº 237/1997 e da legislação estadual do Piauí, sem prejuízo do cumprimento das obrigações urbanísticas e sanitárias municipais.

#### **15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO À VIABILIDADE (art. 18, §1º, XIII)**

Diante de todo o exposto, e considerando:

- a) a relevância social do equipamento público a ser entregue à coletividade;
- b) a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual e no Orçamento Municipal vigente, com indicação de dotação específica e existência de saldo orçamentário;
- c) a maturidade do mercado e a disponibilidade de empresas regionais aptas a executar o objeto, sinalizando ampla competitividade no certame;
- d) a economicidade do orçamento estimativo, baseado em referências oficiais de custo (SINAPI, ORSE e SEINFRA), com BDI compatível com os parâmetros do TCU;
- e) a inexistência de impactos ambientais relevantes que demandem providências adicionais às já indicadas;
- f) o atendimento integral aos requisitos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021,

CONCLUI-SE pela VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL da contratação, recomendando-se o prosseguimento do feito com a elaboração do Termo de Referência e do edital correspondentes, a deflagração da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, modo de disputa ABERTO, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### **16. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

Estima-se o prazo total de execução da obra em 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço pela Administração, conforme cronograma macro abaixo, sem prejuízo do detalhamento constante do Cronograma Físico-Financeiro anexo:



<b>Etapa</b>	<b>Atividade / Marco</b>	<b>Prazo (dias)</b>	<b>Acumulado</b>
01	Mobilização da contratada, instalação do canteiro e providências preliminares	15	15
02	Execução dos serviços de superestrutura, paredes, painéis e esquadrias	45	60
03	Revestimentos, pisos, instalações hidrossanitárias, elétricas e SPDA	60	120
04	Pintura, drenagem pluvial, serviços diversos e acabamentos finais	45	165
05	Limpeza geral, testes, comissionamento e entrega/recebimento provisório	15	180
	<b>Prazo total estimado de execução</b>	<b>180 dias</b>	<b>—</b>

O prazo de vigência contratual será de até 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal, nos termos legais.

O prazo de validade das propostas, fixado em edital, não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

#### **17. DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE ETP**

Integram este Estudo Técnico Preliminar, para todos os fins de direito, e dele são parte indissociável:

Anexo I – Projeto Básico/Executivo;

Anexo II – Memorial Descritivo;

Anexo III – Planilha Orçamentária Sintética e Analítica;

Anexo IV – Composições de Preços Unitários (CPU);

Anexo V – Composição do BDI e dos Encargos Sociais;

Anexo VI – Cronograma Físico-Financeiro.

#### **ASSINATURA**

Manoel Emídio – PI, 02 de fevereiro de 2026.

---

**ANTÔNIO CARDOSO DA SILVA**

Agente de Contratação

Município de Manoel Emídio – PI

Portaria de designação anexa aos autos do Procedimento Administrativo nº 052/2026